

ECONOMIA



Rotativo e o conflito de interesses

O setor varejista sentou à mesa com as instituições financeiras para tentar encontrar uma "solução de mercado" para o rotativo do cartão de crédito, a linha de financiamento mais cara do País, que é alvo de críticas por parte do Governo e de parlamentares. O objetivo é encontrar uma saída consensual, costurada pelos integrantes da cadeia e, assim, evitar que medidas consideradas mais intervencionistas possam prosperar no Congresso ou em outras esferas. A Febraban é ainda mais enfática e refuta o que chama de "soluções simplistas ou artificializadas, que só agravariam o problema", e reforça que o tema é complexo e sensível. A questão colocou em campos opostos as instituições financeiras e o comércio.

Os bancos rejeitam a possibilidade de tabelamento ou de se estabelecer um teto para as taxas, e dizem que a construção de uma saída passa por algum tipo de restrição às compras parceladas sem juros. O problema é que o parcelamento sem juros no cartão é um dos motores das vendas no varejo. O rotativo do cartão é um tipo de crédito oferecido ao consumidor quando ele não faz o pagamento total da fatura até o vencimento. Dados do BC de junho apontam que a taxa média do rotativo está em 437,2% ao ano. Ou seja, em 12 meses a dívida mais do que quintuplica. Algumas financeiras, no entanto, chegam a cobrar quase 1.000%, segundo levantamento da autoridade monetária.

IR na mira

O Ministério da Fazenda deve enviar ao Congresso Nacional, até 2024, a segunda parte da Reforma Tributária, que trata das mudanças no Imposto de Renda. O principal ponto do projeto de lei será o fim da isenção para lucros e dividendos distribuídos pelas empresas. Também são esperadas modificações no mecanismo de JCP (Juros sobre Capital Próprio) pagos aos acionistas. O projeto deve trazer ainda a redução dos tributos sobre o lucro das pessoas jurídicas (IRPJ/CSLL).

IR na mira II

A reforma da tributação sobre a renda inclui pelo menos dois outros textos: a MP que corrige a tabela do Imposto de Renda e altera a tributação de investimentos no exterior, enviada ao Congresso em abril, e um PL para tributar os fundos exclusivos, conforme anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Também está na mesa a possibilidade de discutir em conjunto mudanças na tributação da folha de salários, uma demanda, principalmente, do setor de serviços.

MPES respondem por 70% de novas vagas

As MPES continuam mantendo o fôlego e sustentando o saldo positivo de empregos no País. Este ano, as MPES já criaram quase 710 mil vagas de trabalho, cerca de 70% do total de vagas formais geradas no período (pouco mais de 1 milhão de vagas), segundo o Sebrae. O quadro é semelhante ao dos primeiros semestres de 2021 e 2022. Entre janeiro e junho deste ano, os pequenos negócios do setor de serviços geraram mais de 394 mil contratações, seguidos pelas empresas de construção (147 mil), indústria de transformação (72 mil) e comércio (60 mil).

Menos caro

O índice de preços da Ceasa Ceará recuou 8,02% sobre a cesta básica, além de queda de 4,14% no setor hortaliças frutas, entre agosto de 2022 e julho de 2023. Os setores que mais subiram preços, nesse período, foram o de raiz, bulbo e rizoma (22,9%); folha, flor e haste (8,41%); e frutas 4,28%. Entre junho e julho de 2023, caíram melancia (-18,2%), e a banana pacovam e prata (-15,83%). Porém, subiram o mamão formosa (17,03%), a manga tommy (16,5%) e o limão Taiti (15,71%).

Cesta básica

Em julho, a cesta básica de Fortaleza teve inflação de 0,05%, chegando a R\$ 661,50, influenciado pela alta de cinco produtos, diz o Dieese-CE. Dentre eles, destacam-se: a banana (o bapão), o tomate (4,17%) e o pão (0,73%). Os produtos que registraram as maiores reduções em seus preços foram o feijão (-8,18%), o açúcar (-2,88%) e o óleo líquido (-2,43%). No semestre, os produtos que sofreram maiores reduções nos preços foram o óleo (-24,86%), a manga tommy (-16,5%) e a banana (-7,61%).

Caixa renegocia R\$ 1 bi de 50 mil devedores

A Caixa já renegociou R\$ 1 bilhão em dívidas de clientes através do Desenrola, programa de renegociação criado pelo Governo Federal. Segundo o banco público, foram beneficiados mais de 50 mil clientes. Ao todo, entre 17 de julho e a última sexta-feira (4), o banco renegociou mais de 62 mil contratos de clientes. Segundo a Caixa, 91,2% das dívidas foram pagas à vista com desconto de até 90%.

Mais informações de Rubens Frota: e-mail: frotarubens@gmail.com

Reforma tributária: agro propõe 12 mudanças para a discussão no Senado

A expectativa é que a reforma seja concluída ainda neste ano. Rodrigo Pacheco havia antecipado um prazo de dois a três meses para o trabalho do Senado

O setor agropecuario elencou uma série de 12 pontos prioritários para serem inseridos na discussão da reforma tributária que agora passa a tramitar no Senado Federal. Um dos principais focos do agronegócio é buscar uma redução significativa da alíquota aplicada sobre insumos e produtos da agropecuária, visando atingir uma alíquota de 80% em relação à alíquota padrão. Vale destacar que, atualmente, o texto aprovado na Câmara propõe uma redução de 60%, o que acarretaria em uma carga tributária de aproximadamente 40% da alíquota de referência estimada em 25%.

As prioridades foram compiladas em um documento desenvolvido por entidades vinculadas ao Instituto Frensar Agro e entregue à Frente Parlamentar da Agropecuária durante o processo de análise da reforma tributária no Senado. O coordenador relator do grupo de trabalho da reforma tributária, Efraim Filho, acolheu o documento com grande interesse e compromisso em avaliar as demandas apresentadas.

Entre as mudanças cruciais pleiteadas pelo setor agropecuario, destaca-se a ampliação do teto de faturamento anual para os produtores desobrigados de aderir ao regime do Imposto sobre Bens e Serviços



Entre as propostas está a redução da alíquota de impostos para produtos agropecuarios

(IBS). Atualmente, o limite é de R\$ 3,6 milhões, e a proposta é que seja aumentado para R\$ 4,8 milhões por ano, visando isentar impostos aos produtores rurais. Outro ponto de destaque é a busca por garantir que o ICMS não possa ser majorado.

O presidente da FPA, deputado federal Pedro Lupion, ressaltou que o trabalho no Senado será pautado na preservação das conquistas já obtidas na Câmara e no avanço em questões consideradas essenciais para o setor agropecuario. "Buscaremos avançar no

Senado e, é claro, manter o que já conquistamos. A redução da alíquota será nosso principal foco, e dedicaremos nossos esforços para alcançá-la", enfatizou em comunicado oficial.

"Recebemos este documento com um senso de urgência e de responsabilidade. Esse tema é agudado pelo Brasil há muitos anos e é um pilar estrutural da economia e do desenvolvimento da nossa nação. Nós vivemos uma realidade tributária muito complexa, burocratizada e de difícil compreensão", disse o presidente Rodrigo Pacheco ao

receber, das mãos do presidente da Câmara, Artur Lira, o texto da reforma.

Agora, o conteúdo vai passar primeiro pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e depois pelo Plenário. O relator será o senador Eduardo Braga. A expectativa é que a reforma seja concluída ainda neste ano, e Pacheco havia antecipado um prazo de dois a três meses para o trabalho do Senado. Outra tendência é que a PEC não seja "fatiada", ou seja, nenhum tema seja separado do conteúdo principal para votação futura.

MARIA CRISTINA AZEVEDO DE SOUZA (COP/2023/0051) - **PL 214/2023** - Altera a Lei nº 12.526/2012, que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Brasil (PADEB), para incluir o apoio à implantação e ao funcionamento de unidades de produção e prestação de serviços em áreas rurais, com ênfase na agricultura familiar, e a criação de unidades de produção e prestação de serviços em áreas urbanas, com ênfase na agricultura urbana.

TUO 041 TELECOM SERVIÇOS DE INTERNET LTDA (COP/2023/0052) - **PL 214/2023** - Altera a Lei nº 12.526/2012, que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Brasil (PADEB), para incluir o apoio à implantação e ao funcionamento de unidades de produção e prestação de serviços em áreas rurais, com ênfase na agricultura familiar, e a criação de unidades de produção e prestação de serviços em áreas urbanas, com ênfase na agricultura urbana.

FRANCISCO SANCHEZ OLIVEIRA NETO (COP/2023/0053) - **PL 214/2023** - Altera a Lei nº 12.526/2012, que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Brasil (PADEB), para incluir o apoio à implantação e ao funcionamento de unidades de produção e prestação de serviços em áreas rurais, com ênfase na agricultura familiar, e a criação de unidades de produção e prestação de serviços em áreas urbanas, com ênfase na agricultura urbana.

FRANCISCO SANCHEZ OLIVEIRA NETO (COP/2023/0054) - **PL 214/2023** - Altera a Lei nº 12.526/2012, que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Brasil (PADEB), para incluir o apoio à implantação e ao funcionamento de unidades de produção e prestação de serviços em áreas rurais, com ênfase na agricultura familiar, e a criação de unidades de produção e prestação de serviços em áreas urbanas, com ênfase na agricultura urbana.

FRANCISCO SANCHEZ OLIVEIRA NETO (COP/2023/0055) - **PL 214/2023** - Altera a Lei nº 12.526/2012, que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Brasil (PADEB), para incluir o apoio à implantação e ao funcionamento de unidades de produção e prestação de serviços em áreas rurais, com ênfase na agricultura familiar, e a criação de unidades de produção e prestação de serviços em áreas urbanas, com ênfase na agricultura urbana.

FRANCISCO SANCHEZ OLIVEIRA NETO (COP/2023/0056) - **PL 214/2023** - Altera a Lei nº 12.526/2012, que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Brasil (PADEB), para incluir o apoio à implantação e ao funcionamento de unidades de produção e prestação de serviços em áreas rurais, com ênfase na agricultura familiar, e a criação de unidades de produção e prestação de serviços em áreas urbanas, com ênfase na agricultura urbana.

FRANCISCO SANCHEZ OLIVEIRA NETO (COP/2023/0057) - **PL 214/2023** - Altera a Lei nº 12.526/2012, que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Brasil (PADEB), para incluir o apoio à implantação e ao funcionamento de unidades de produção e prestação de serviços em áreas rurais, com ênfase na agricultura familiar, e a criação de unidades de produção e prestação de serviços em áreas urbanas, com ênfase na agricultura urbana.

FRANCISCO SANCHEZ OLIVEIRA NETO (COP/2023/0058) - **PL 214/2023** - Altera a Lei nº 12.526/2012, que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Brasil (PADEB), para incluir o apoio à implantação e ao funcionamento de unidades de produção e prestação de serviços em áreas rurais, com ênfase na agricultura familiar, e a criação de unidades de produção e prestação de serviços em áreas urbanas, com ênfase na agricultura urbana.

FRANCISCO SANCHEZ OLIVEIRA NETO (COP/2023/0059) - **PL 214/2023** - Altera a Lei nº 12.526/2012, que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Brasil (PADEB), para incluir o apoio à implantação e ao funcionamento de unidades de produção e prestação de serviços em áreas rurais, com ênfase na agricultura familiar, e a criação de unidades de produção e prestação de serviços em áreas urbanas, com ênfase na agricultura urbana.

FRANCISCO SANCHEZ OLIVEIRA NETO (COP/2023/0060) - **PL 214/2023** - Altera a Lei nº 12.526/2012, que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Brasil (PADEB), para incluir o apoio à implantação e ao funcionamento de unidades de produção e prestação de serviços em áreas rurais, com ênfase na agricultura familiar, e a criação de unidades de produção e prestação de serviços em áreas urbanas, com ênfase na agricultura urbana.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PELO SINDICATO FICAM CONVOCADOS OS ASSOCIADOS DESTA SINDICATO para gozo de seus direitos sociais para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no próximo dia 11 de agosto de 2023, às 18:00 horas em primeira convocação, caso não ocorra quórum, às 18:30 horas em segunda convocação com qualquer número de quotas presentes. A Assembleia será realizada no auditório do SINDETELO, sito à Rua Antonio Pompeu, 1411, Centro, Fortaleza-CE, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: Prestação de Contas do exercício de 2022 e Orçamento Anual 2023, conforme parecer do Conselho Fiscal.

Fortaleza, 04 de agosto de 2023.
Plínio Monteiro Neto
Presidente do SINDETELO

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO, DE INFORMÁTICA E NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ - SINDEFCO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO, DE INFORMÁTICA E NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ - SINDEFCO para gozo de seus direitos sociais para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no próximo dia 11 de agosto de 2023, às 18:00 horas em primeira convocação, caso não ocorra quórum, às 18:30 horas em segunda convocação com qualquer número de quotas presentes. A Assembleia será realizada no auditório do SINDETELO, sito à Rua Antonio Pompeu, 1411, Centro, Fortaleza-CE, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: Prestação de Contas do exercício de 2022 e Orçamento Anual 2023, conforme parecer do Conselho Fiscal.

Fortaleza, 04 de agosto de 2023.
Plínio Monteiro Neto
Presidente do SINDETELO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO, DE INFORMÁTICA E NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ - SINDEFCO para gozo de seus direitos sociais para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no próximo dia 11 de agosto de 2023, às 18:00 horas em primeira convocação, caso não ocorra quórum, às 18:30 horas em segunda convocação com qualquer número de quotas presentes. A Assembleia será realizada no auditório do SINDETELO, sito à Rua Antonio Pompeu, 1411, Centro, Fortaleza-CE, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: Prestação de Contas do exercício de 2022 e Orçamento Anual 2023, conforme parecer do Conselho Fiscal.

Fortaleza, 04 de agosto de 2023.
Plínio Monteiro Neto
Presidente do SINDETELO

OFÍCIO PRIVATIVO

DE REGISTRO DE IMÓVEIS

DA COMARCA DE CAUCAIA

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 005/2023

DE LICITAÇÃO Nº 005/2023 para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos de informática, com o objetivo de garantir o bom funcionamento dos equipamentos de informática utilizados no trabalho.

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 005/2023 para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos de informática, com o objetivo de garantir o bom funcionamento dos equipamentos de informática utilizados no trabalho.

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 005/2023 para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos de informática, com o objetivo de garantir o bom funcionamento dos equipamentos de informática utilizados no trabalho.

PUBLICIDADE LEGAL

JORNAL O ESTADO

(85) 3033.7519